



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

FREDERICO BUSSINGER: PRIVATIZAÇÃO PORTUÁRIA PARA OS NÃO DIRETAMENTE ENVOLVIDOS

Grande risco, nesse momento delicado da vida nacional, é parar o setor no aguardo de resultado dos três estudos contratados

Por Frederico Bussinger



[https://www.atribuna.com.br/image/conten tid/policy:1.121180:1601656451/Arte- Padron-Porto- Mar.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=493f1ec&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/conten tid/policy:1.121180:1601656451/Arte- Padron-Porto- Mar.jpg?f=2x1&pf=493f1ec&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Privatização portuária para os não diretamente envolvidos (Ilustração: Padron)

Para uso corrente, trata-se de privatização de autoridades portuárias. Mas os estudos recém contratados pelo BNDES, para o PPI (Programa de

Parcerias de Investimentos), são mais genéricos e complexos e podem ter resultados mais abrangentes... ou mais limitados: “avaliação, estruturação e implementação ... de participação da iniciativa privada para administração e exploração do Porto Organizado de Santos e de São Sebastião, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da CODESP” (Request For Proposal nº 01/2020 - tipo edital para os convidados).

A se observar: i) Um contrato; dois portos: Santos e São Sebastião. ii) Foco nos portos e não nas suas autoridades-administradoras (distinto do principal objeto explicitado para os portos capixabas no Pregão AARRH-12/2019); iii) Participação e não desestatização (idem). iv) Além de administração, também a exploração do porto organizado; v) Explicitação da (empresa) CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo), mas não da Docas de São Sebastião; vi) Desinvestimento, além de desestatização (privatização); vii) E, isso, como uma possibilidade; não como uma decisão.

Em síntese, pelo objeto contratual, tudo está em aberto; conclusão reforçada pela exemplificação das sistemáticas admitidas: i) alienação do controle acionário, ii) IPO, iii) outorga para administração e exploração da infraestrutura e serviços por nova sociedade, com a dissolução e liquidação da CODESP; além de outras previstas no art. 4 da Lei nº 9.491/97 (pg. 47 do TR): sete incisos, destacando-se abertura de capital e venda de bens imóveis de domínio da União.

E é bom que assim seja, pois, se entre os diversos atores e grupos de interesse do setor, há bastante alinhamento quanto aos sintomas dos males portuários brasileiros, sobre as relações causa-efeito, bem longe disso estamos. Assim, a prescrição de medicamento ao paciente, sem um diagnóstico ou uma pauta razoavelmente clara e acordada, poderá resultar na reedição de experiências anteriores de desperdício de tempo e recursos, e/ou de resultados aquém do imaginado. Sem falar em riscos de efeitos colaterais indesejáveis.

Por que, p.ex, analisar apenas a privatização, um remédio genérico ou antibiótico de largo espectro? Por que não, também, em conjunto, a autonomia de gestão das autoridades administradoras, ou a descentralização do processo decisório, medicações específicas, testadas e aprovadas nos portos mundo afora, já há longo tempo? Vale repetir que autonomia portuária (modelo Land-Lord à frente) não é algo exclusivo de Roterdã, Hamburgo, Antuérpia ou portos

européus em geral: está no DNA, também, dos modelos praticados nos USA, na Ásia, na maioria da África e, até, da China e nossos vizinhos latino-americanos.

Além dos traços que podem ser considerados brasileiros, em termos de arcabouço jurídico, organização da economia e mesmo cultura, há especificidades portuárias e regionais. P.ex: os portos arrolados no pacote capixaba já são distintos entre si, e o são, também, de Itajaí e Santos. Este e São Sebastião, parte do mesmo pacote, também diferem entre si: por que juntos, então? Aliás, o grande desafio de São Sebastião não é nem o modelo: é ser! É implantar sua expansão que patina há uma década.

Grande risco, nesse momento delicado da vida nacional, é parar o setor no aguardo de resultado dos três estudos contratados – repetindo-se o ocorrido enquanto se aguardava a MP-595/2012 (conhecida como a MP dos Portos). Aliás, mesmo tendo escopos específicos, os estudos podem ser subsídios importantes, desde que se tenha uma pauta de reformas acordada e um processo de discussão organizado

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 02/10/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA ESTUDO DESTINADO À PROPOSIÇÃO DE VALORES REMUNERATÓRIOS NA MODALIDADE DE ARRENDAMENTO SIMPLIFICADO

Intuito é subsidiar as autoridades portuárias na incorporação dos valores em suas respectivas estruturas tarifárias

A ANTAQ, por intermédio da Gerência de Desenvolvimento e Estudos da Superintendência de Desenvolvimento, Desempenho e Sustentabilidade e da Gerência de Regulação Portuária da Superintendência de Regulação, divulgou em seu site estudo relativo à metodologia desenvolvida pela Agência para avaliação de áreas portuárias que podem, potencialmente, se utilizar do instituto do arrendamento simplificado para licitação de empreendimentos portuários. O trabalho contou com o apoio da Gerência de Portos Organizados da Superintendência de Outorgas.

O instituto dos estudos simplificados para arrendamento de áreas portuárias está previsto no § 1º do art. 6º do Decreto nº 8.033/2013, disciplinado no âmbito da ANTAQ pela Resolução nº 7.821 de 2020, e contempla projetos cujos valores de contrato sejam até R\$ 330 milhões e pelo prazo máximo de dez anos e tem o condão de viabilizar e agilizar investimentos em terminais de pequeno e médio porte, com maior celeridade e dinamismo na celebração de contratos.

O estudo apresenta 150 valores mensais de áreas portuárias por metro quadrado (R\$/m²/mês), aplicáveis para áreas primárias (servidas por berço) e retroáreas dentro do porto organizado, de acordo com seu nível de estruturação (bens existentes ou não) e produtividade (giro) para granel sólido, granel líquido e carga geral.

O intuito é subsidiar as autoridades portuárias a incorporar os valores referências propostos em suas respectivas estruturas tarifárias, de modo a possibilitar sua utilização na abertura de licitações, sobre os quais incidirão os lances dos leilões, conforme diretriz a ser estabelecida pelo poder concedente.

Serão disponibilizadas também pela Agência as planilhas dos modelos financeiros utilizados, caso alguma área localizada em determinado porto tenha parâmetros distintos dos apresentados no estudo, possibilitando a customização da metodologia.

Os dados e informações completas encontram-se disponíveis na parte de estudos, na central de conteúdos, no site da Agência (<http://portal.antaq.gov.br/>)

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 02/10/2020



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

NOVO DIRETOR DE GESTÃO PORTUÁRIA DA CDRJ VISITA O PORTO DE ITAGUAÍ

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

Mario Povia fez sua primeira visita ao Porto de Itaguaí como diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) na manhã da última quarta-feira (30). O objetivo foi conhecer melhor as instalações do porto, que é um dos mais importantes do país.

Acompanhado do assessor Abdalla Mansur e do conselheiro de Administração, Carlos Portella, o diretor recém-empossado foi recepcionado pelo superintendente de Gestão Portuária de Itaguaí e Angra dos Reis, Alexandre Neves, pelos gerentes do Porto de Itaguaí e pelos representantes dos terminais arrendados – CSN, Sepetiba Tecon e CPBS.

Durante o encontro, os representantes das empresas arrendatárias apresentaram seus terminais e suas necessidades.

Segundo o diretor Mario Povia, “é fundamental uma maior aproximação junto aos operadores portuários visando estabelecer uma agenda positiva e um canal de diálogo”

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 01/10/2020

DOCAS DO RIO RECEBE VISITA DE EQUIPE DA CODEBA

ASSCOM CDRJ - Categoria: Notícias Corporativas

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) recebeu uma equipe da Companhia Docas da Bahia (CODEBA) nos dias 30 de setembro e 1º de outubro. A visita da Autoridade Portuária baiana teve o objetivo de colher subsídios para a implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), já totalmente implementado na CDRJ.

No intuito de dar esse apoio institucional, o superintendente substituto de Gestão Estratégica e Compliance da CDRJ, Luis Cesar Fonseca, acompanhou a equipe da CODEBA durante toda a visita que começou pela apresentação do legado do PMGP na companhia, processos e indicadores de desempenho, metodologia de riscos e controles internos, acompanhamento do planejamento estratégico e gestão de projetos.

Para verificar os processos e as formas de controle utilizadas, os visitantes também estiveram nas áreas de Controle de Acesso Aquaviário, nos Centros de Controle Operacional de apoio integrado à fiscalização portuária e ambiental, e de Comando e Controle de Segurança Portuária, responsável pela supervisão dos procedimentos relacionados ao ISPS Code (sigla inglesa para Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias).

O grupo também acompanhou o processo de faturamento e integração das áreas administrativas e operacionais, com o apoio dos representantes da Diretoria Administrativo-Financeira, Adriano Costa, gerente de Controladoria, e Aline Pantoja, supervisora de Faturamento.

No último dia de visita, a equipe da CODEBA conheceu as instalações do Porto do Rio de Janeiro, com o apoio das Superintendências de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói e da Guarda Portuária.

Fonte : *Portal Porto Gente*
Data : 01/10/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PARA SECRETÁRIO, DECISÃO DO STF 'SALVOU ESTATAL DA MORTE'

Crédito: *Alberto Ruy/MIinfra*



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/10/diogo-mac-cord-768x432.jpg>

Diogo Mac Cord (esquerda) acredita que vender ativos da Petrobras sem passa pelo Congresso é melhor para o país (Crédito: Alberto Ruy/MIinfra)

A decisão do Supremo de liberar a venda de refinarias da Petrobrás sem autorização do Congresso “salvou” a Petrobrás da morte, na avaliação do secretário especial

de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

“O STF não julgou a favor do governo, o STF julgou a favor da população brasileira”, disse Mac Cord ao Estadão/Broadcast. Para o secretário, dificultar o processo de desinvestimento da Petrobrás seria o mesmo que matar a empresa. “O argumento de que se estaria salvando a empresa (levado na ação ao STF) é o contrário. Estaria destruindo. Então a decisão protege o patrimônio que é da população brasileira”, disse.

Para o secretário, a decisão é uma “excelente sinalização” para o governo do que esperar nos processos de privatizações, principalmente para as estatais que têm ações em Bolsa.

Ele defendeu a estratégia da estatal, de criar subsidiárias para poder vender os ativos de refino. O modelo foi o centro da insatisfação do Congresso. Para os parlamentares, as operações deveriam ter o aval do Legislativo e serem precedidas de licitação. Na visão do secretário, essas alegações apontam para o que “talvez seja apenas um desconhecimento” de como funciona uma empresa.

Fonte : *IstoÉ- Dinheiro*
Data : 02/10/2020

PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE 3,2% EM AGOSTO ANTE JULHO, REVELA IBGE

Crédito: *Governo do Espírito Santo/Divulgação*

Em relação a agosto de 2019, a produção industrial caiu 2,7%

A produção industrial subiu 3,2% em agosto ante julho, na série com ajuste sazonal, divulgou nesta sexta-feira, 2, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado veio abaixo da mediana das expectativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, do sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, que era de 3,7%, com intervalo entre 1,3% a 5,1%.

Em relação a agosto de 2019, a produção caiu 2,7%. Nessa comparação, sem ajuste, as estimativas variavam de uma queda de 4,30% a 0,30%, com mediana negativa de 2%. A indústria acumula queda de 8,6% no ano de 2020. Em 12 meses, a produção acumula queda de 5,7%.

A produção da indústria de bens de capital cresceu 2,4% em agosto ante julho, informou o IBGE. Na comparação com agosto de 2019, o indicador recuou 16,9%. No acumulado em 12 meses, houve redução de 14,3% na produção de bens de capital.

Em relação aos bens de consumo, a produção registrou alta de 2,9% na passagem de julho para agosto. Na comparação com agosto de 2019, houve redução de 7,1%. No acumulado em 12 meses, a produção de bens de consumo diminuiu 8,1%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção aumentou 18,5% em agosto ante julho. Em relação a agosto de 2019, houve queda de 7,7%. Em 12 meses, a produção diminuiu 18,8%.

Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve elevação de 0,6% na produção em agosto ante julho. Na comparação com agosto do ano anterior, a produção caiu 7%. A taxa em 12 meses ficou negativa em 5,2%.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção subiu 2,3% em agosto ante julho. Em relação a agosto do ano passado, houve uma alta de 1,9%. No acumulado em 12 meses, os bens intermediários tiveram redução de 3,2%.

O índice de Média Móvel Trimestral da indústria registrou elevação de 6,9% em agosto.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 02/10/2020

ELETOBRAS TEM INTERESSE EM PERMANECER NOS ATIVOS NUCLEARES PÓS-PRIVATIZAÇÃO

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, demonstrou o interesse em continuar com uma participação nos ativos de energia nuclear após a privatização da companhia, cujo projeto de lei está em tramitação no Congresso Nacional. “Não tenha dúvida. A Eletronuclear era uma empresa que estava com muitas dificuldades e fizemos tudo o que tinha que ser feito para deixar a empresa na condição que está agora”, afirmou o executivo, que participou nesta sexta-feira do Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), promovido pelo Canal Energia.

Como exemplo, o executivo citou que, há pouco mais de um mês, o conselho de administração da estatal federal capitalizou todas as dívidas que a Eletronuclear tinha com a Eletrobras. “As duas usinas, Angra 1 e 2, estão entre as dez nucleares com maior nível de disponibilidade no mundo nos últimos dois anos. Essas duas usinas produzem R\$ 1,2 bilhão de Ebitda por ano”, afirmou Ferreira Junior. “Já é uma operação viável e, com Angra 3, fica extremamente viável”, acrescentou.

O grande desafio da Eletronuclear é a conclusão das obras de Angra 3, hoje paralisadas. Ferreira Junior lembrou que o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou um programa de aceleração do caminho crítico, que prevê a conclusão das obras até 2026. “Estamos investindo em torno de R\$ 3,5 bilhões nos próximos 18 meses e vamos chegar com 70% das obras concluídas, quando faremos uma licitação internacional de um EPC para concluir de forma definitiva a obra”, afirmou.

Segundo o executivo, a publicação da medida provisória (MP) nº 998/20, também em tramitação no Congresso Nacional, traz mais segurança jurídica para a construção de Angra 3. No que diz respeito à usina nuclear, a MP teve por finalidade possibilitar a estruturação financeira do empreendimento para a sua conclusão. Entre as propostas contidas no texto estão a concessão de uma outorga de autorização para a usina, o estabelecimento de critérios para a definição do

preço de energia, a assinatura de um novo contrato para a comercialização, a previsão de cláusulas de reajuste e revisão extraordinária, entre outros pontos.

“Angra 3 é uma obra possível, é uma obra viável e uma obra financiável”, reforçou Ferreira Junior. Em 2018, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fixou em R\$ 480/MWh o preço de referência da energia da usina. “Temos um enorme interesse em continuar esse projeto, que nós conseguimos resgatar. É uma fênix mesmo”, disse o executivo, em referência à ave mitológica que renasce das cinzas.

+ Elon Musk ultrapassa Mark Zuckerberg e entra para top 3 bilionários

Recentemente, a Eletrobras anunciou, no âmbito do processo de capitalização, que a União deve comprar 25,5% do capital total da Eletronuclear, participação equivalente a 51% das ações ordinárias, assumindo o controle acionário da empresa – como a exploração da atividade nuclear é monopólio da União, a Eletrobras privatizada não poderia ter o controle acionário da Eletronuclear.

“Nos debates anteriores, a forma de você fazer a retomada de Angra 3 era atrair um investidor privado. Ele já vai lá estar sentado, que é a Eletrobras. Com esses aperfeiçoamentos da MP 998, que dá segurança aos PPAs (contratos) da companhia e as condições tarifárias, isso é perfeito. Acreditamos muito no projeto. Temos condições de ser o investidor privado”, argumentou.

Capitalização

Os ajustes discutidos no projeto de lei sobre a capitalização da Eletrobras visando atender a pleitos de bancadas regionais, como a do Norte, são a solução para avançar no projeto, avalia o presidente da Eletrobras.

Ferreira Junior disse não ter preocupação com os ajustes, que vem sendo discutidos com o Senado desde o início do ano, em movimento encabeçado pelos ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e da Economia, Paulo Guedes, quando passaram a reforçar a importância do destravamento da pauta no Senado. “O governo agiu em criar condições e mostrar disponibilidade de seguir em um debate positivo da agenda para que seja finalmente colocada em solução”, comentou.

Segundo o executivo, deverão ser incorporados no projeto as “convergências que tenham sido obtidas da conversa, do diálogo e do debate com as principais lideranças do Senado”, comentou. Ele evitou citar prazo para apresentação dos ajustes, mas sugeriu que a questão tenderia a ser tratada após as eleições municipais.

Ferreira Junior reforçou a possibilidade de o tema passar a avançar primeiramente no Senado, e então na Câmara, afastando o entendimento de que o tema teria que ser obrigatoriamente apreciado inicialmente pelos deputados. “Existe, tanto em uma Casa como na outra, hoje, uma consciência crítica que pode iniciar processo e ser complementado na outra Casa. Aquela que puder iniciar com mais brevidade é melhor, e a outra vai se preocupar em complementar projeto no que for necessário para que seja aprovado”, disse.

Dentre os temas já trazidos a público estão a criação de um fundo para o Norte, para questões ligadas à energia na Amazônia, e a criação da “golden share”.

Ferreira Junior também comentou que a Medida Provisória 998 já trouxe questões, relacionadas às tarifas distribuidoras privatizadas da região Norte, que vinham sendo discutidas para avançar. “Essa discussão já vinha em já em curso e houve sensibilidade do governo em propor essa medida e criar condições”, disse. “Esse é um mitigador, mas existem outros temas. Acho que isso é só uma demonstração de que está havendo as discussões necessárias, está havendo as deliberações e isso é algo que, feito mesmo agora, antecipa essas soluções e torna mais fácil o

transcorrer desse processo de aprovação, na sequência (da MP), em uma das duas casas”, completou.

Sobre a Golden share, o presidente da Eletrobras lembrou que inicialmente a medida foi proposta, e minimizou a possibilidade de que a reintrodução da ação especial tirar valor da companhia. “O que esta sendo demandado é condições de manter o nome da Eletrobras, que tenha poder de evitar qualquer tipo de operação de aquisição hostil dentro da companhia, são poderes que, se bem administrados, não tem problema nenhum, temos isso aqui na própria Embraer e na Vale”, avaliou.

Ferreira Junior reiterou sua visão de que seria possível efetivar a operação de aumento de capital no segundo semestre do ano que vem, como anteriormente já indicado. “Podemos fazer no segundo semestre (de 2021) com absoluta tranquilidade, se a gente tiver a aprovação no primeiro semestre”, disse, salientando que a empresa precisa de cerca de 120 a 150 dias para realizar a capitalização, dado o tamanho da companhia e o fato de se planejar uma operação no Brasil e no exterior.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 02/10/2020*



EXTRA ONLINE

ASSESSORIA DE MARINHO NEGA CRÍTICAS A GUEDES E DIZ QUE SOLUÇÃO PARA AUXÍLIO RESPEITARÁ ÂNCORAS FISCAIS

(Reportagem de Ricardo Brito e Isabel Versiani)

BRASÍLIA (Reuters) - A assessoria do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, divulgou nota nesta sexta-feira negando que ele tenha desqualificado "agentes públicos" em reunião com grupo de economistas da qual participou nesta manhã e destacando que a solução do governo para as famílias que dependem de auxílio respeitará as âncoras fiscais.

A nota foi uma referência a notícia que circulava nos mercados de que, na reunião, Marinho teria criticado o ministro da Economia, Paulo Guedes, e afirmado que o programa Renda Cidadã, de transferência de renda, será lançado de qualquer forma --o que foi interpretado como uma disposição do governo de violar a regra do teto de gastos.

Os juros futuros disparavam nesta sexta-feira, com taxas de vencimentos do miolo da curva saltando mais de 20 pontos-base, em repercussão ao rumor sobre a reunião.

"A reunião teve o intuito de reforçar o compromisso do governo com a austeridade nos gastos e a política fiscal", diz a nota do ministério.

"Em sua fala, Rogério Marinho destacou que o governo reconhece a necessidade de construção de uma solução para as famílias que hoje dependem da auxílio emergencial e que essa solução será resultado de um amplo debate com o Parlamento, em respeito à sociedade e às âncoras fiscais que regem a atuação do governo."

A nota afirma, ainda, que na reunião não foram feitas "desqualificações ou adjetivações de qualquer natureza contra agentes públicos, nem tampouco às propostas já apresentadas".

"Quem dissemina informações falsas como essas tem claro interesse em especular no mercado, gerando instabilidade e apostando contra o Brasil."

Fonte : Extra Online

Data : 02/10/2020

PLANTIO DE SOJA EM MATO GROSSO AVANÇA POUCO E SEGUE COM ATRASO POR FALTA DE CHUVAS

Por Nayara Figueiredo

SÃO PAULO (Reuters) - O plantio de soja 2020/21 em Mato Grosso, maior Estado produtor do Brasil, atingiu 1,70% da área estimada, informou nesta sexta-feira o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea), com um avanço fraco no comparativo semanal e atraso em relação a ciclos anteriores devido ao tempo seco.

No ano passado, 6,65% das áreas haviam sido semeadas até o dia 4 de outubro. Comparado aos últimos cinco anos, o atraso é ainda maior, considerada a média de 9,59% para o período.

Na semana anterior, quando a semeadura estava em 0,75% no Estado, o superintendente do Imea, Daniel Latorraca, já havia indicado à Reuters que o cenário era difícil devido à falta de chuvas.

Fonte : Extra Online

Data : 02/10/2020



PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DO BRASIL SOBE 0,3% EM AGOSTO COM NOVO RECORDE NO PRÉ-SAL

Na comparação com agosto de 2019, houve aumento de 3,3%

A produção de petróleo do Brasil em agosto registrou aumento de 0,3% ante julho, somando 3,087 milhões de barris ao dia (bpd), com o país registrando recorde na extração do pré-sal pelo segundo mês seguido, afirmou a reguladora ANP em nota nesta sexta-feira.

Na comparação com agosto de 2019, houve aumento de 3,3%.

Do total produzido, a Petrobras respondeu por 2,3 milhões bpd de petróleo e 102 milhões m3/dia de gás como consorciada, seguida pela Shell, com 377,3 mil bpd e 15,55 milhões m3/dia.

A produção no pré-sal em agosto foi recorde em petróleo e gás, somando respectivamente 2,2 milhões de barris por dia e 91,398 milhões de metros cúbicos ao dia.

No total, houve aumento de 1,4% no bombeamento no pré-sal em relação ao mês anterior e de 14,4% ante agosto de 2019.

A ANP relatou ainda que, durante o mês de agosto, 33 campos tiveram a suas respectivas produções interrompidas temporariamente devido aos efeitos da pandemia da Covid-19, dos quais 16 marítimos e 17 terrestres. Um total de 60 instalações de produção marítimas permaneceram com produção interrompida.

Em agosto, o campo de Tupi (ex-Lula), no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural, registrando 1,004 milhão bpd e 44,5 milhões m3/dia.

A plataforma Petrobras 77, produzindo no campo de Búzios por meio de quatro poços a ela interligados, produziu 165,598 mil bpd e foi a instalação com maior produção de petróleo.

A instalação FPSO Cidade de Itaguaí, produzindo no campo de Tupi, por meio de sete poços a ela interligados, produziu 7,337 milhões m³/d e foi a unidade com maior produção de gás natural.

Fonte : *Epoca Negócios*

Data : 02/10/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

“PETRO GREENS”: A TRANSIÇÃO DAS MAJORS DO PETRÓLEO

Por *Marcelo Gauto* - 2 de outubro de 2020 - Em *Artigos e opinião, Coluna do Gauto, Petróleo e gás, Transição energética*



https://846928.smushcdn.com/1787860/wp-content/uploads/2020/01/Credit-Eskil-Eriksen-Copyright-EquinorEquinor-IMG_0476.jpg-2376398-750x375.jpg?lossy=1&strip=1&webp=1
Fazenda Eólica Arkona, operada pela Equinor. Foto: Eskil Eriksen/Equinor

A britânica BP causou certo alvoroço no mercado ao divulgar seu Energy Outlook 2020 com a previsão de demanda de energia para os próximos trinta anos. Na visão da empresa e seus analistas, o pico de consumo de petróleo ocorrerá ainda nesta década, entrando em declínio mais ou menos acentuado a depender das políticas de incentivo às fontes de energia limpa.

É a primeira major a sinalizar isso de forma mais contundente. Até então, todos os prognósticos apontavam que esse pico ocorreria uma década a frente no mínimo.

Curioso, no entanto, é que tal anúncio veio justamente pouco após a petroleira anunciar ambiciosos planos de transição energética, mudanças significativas projetadas nos seus investimentos nos próximos anos, deixando óleo e gás em segundo plano.

Embora não esteja sozinha nesta caminhada rumo ao “verde”, a BP é hoje a empresa de petróleo e gás mais vocal neste sentido, mais perto de se tornar uma Petro-green. A transição está batendo a porta dos produtores de petróleo.

Total, Shell, BP e Equinor são as mais expoentes empresas do O&G que destinam hoje investimentos anuais na casa dos bilhões de dólares na produção de energia de baixo teor de carbono.

A BP e a Shell têm investimentos em biocombustíveis no Brasil, usinas eólicas nos Estados Unidos, ativos de energia solar e dezenas de milhares de pontos de recargas de veículos elétricos espalhados pela Europa, entre outros investimentos, como um centro de pesquisas em hidrogênio na Índia que a Shell possui. A francesa Total possui uma grande capacidade instalada em energia fotovoltaica mundo afora, além da participação majoritária em diversas empresas de energia renovável, tais como BHC Energy, Greenflex, SunPower, TotalSolar, Total Eren, entre outras.

A norueguesa Statoil fez há pouco tempo uma audaz mudança entre as grandes companhias de petróleo. Em 2018, além de realizar grandes investimentos em energias renováveis, em especial em energia eólica, o conselho de administração da empresa decidiu mudar o nome da companhia, que passou a se chamar Equinor, fugindo da alcunha de uma empresa de petróleo para se vincular ao setor de energia como um todo.

A BP fez algo semelhante ainda nos anos 2000, quando adotou a sigla como sendo “beyond petroleum”, numa tradução simples significava “para além do petróleo”. Chegou a hora, então, de ir além de fato.

A transição energética está em curso e quem sai na frente agrega algumas vantagens. Vanguarda, marketing positivo, diversificação dos negócios e participação ativa na transição energética são os principais benefícios para as petroleiras que estão se posicionando no ambiente das renováveis.

O apelo social para que tenhamos cidades menos poluídas tem feito com que a legislação ambiental seja cada vez mais restritiva ao uso dos fósseis, em especial na Europa, berço das principais majors. As gigantes do petróleo estão atentas a essas mudanças e buscam se posicionar em ativos de energia limpa, desenvolvendo tecnologia, mitigando os riscos dos negócios de fósseis e associando a marca à energia limpa. De olho na transição, essas empresas serão cada vez mais “energy” e menos “oil”.

Esse movimento das petroleiras rumo a energias limpas, além do benefício direto mais óbvio, atrelado a redução das emissões de carbono na atmosfera, traz consigo os indiretos, tais como menor exposição a um desastre socioambiental devido ao derramamento de óleo, vazamento de gás ou combustíveis líquidos, por exemplo.

De modo geral, os impactos ambientais dos renováveis são menores do que os dos fósseis. Com menos poluentes, reduz-se os gastos públicos no setor de saúde associados a problemas respiratórios, entre outros, vinculados a queima dos combustíveis. Observam-se hoje grandes metrópoles em que os dias são cinzas dada a poluição atmosférica causada pelas emissões de particulados. Ter grandes empresas de óleo e gás investindo em fontes alternativas de energia acelera o desenvolvimento tecnológico e a própria transição do mercado energético, o que também é um benefício social. Uma oposição dessas empresas ao mercado de renováveis traria maior dificuldade aos investimentos no setor.

Um olho no fóssil e outro no renovável

Algumas companhias de petróleo seguem focadas no seu core business original, como a Petrobras, a Chevron e a ExxonMobil, por exemplo. Há quem pense que elas estão atrasadas ou dissociadas do movimento de transição. Depende do ponto de vista. Se for considerado que o mundo ainda é movido a óleo e gás, faz sentido que algumas empresas explorem isso ao máximo. É preciso avaliar o mercado em que estão inseridas, a estrutura de custos e o portfólio que cada uma delas tem em mãos.

No caso da Petrobras, a empresa tem know-how e excelentes ativos de óleo e gás, que lhe dão vantagens em relação aos seus pares. O sucesso da Cia no pré-sal é inegável. Já no segmento de renováveis a estatal amargou prejuízos sucessivos, ano após ano, com a sua subsidiária dedicada ao tema, a PBio.

Precisando lidar com altos investimentos em O&G, e ajuste simultâneo do seu endividamento, a empresa vendeu quase todos os ativos de biocombustíveis que detinha e agora remodela seu modelo de negócio na área, perseguindo um diferencial tecnológico que a torne competitiva frente aos concorrentes.

A sinalização recente de que a empresa quer voltar ao mercado de biocombustíveis utilizando o processo Hbio (que envolve a hidrogenação de óleos vegetais na produção de diesel verde) é um exemplo disso.

É inexorável que a energia renovável ocupará cada vez mais espaço, pressionando os produtores de petróleo, é um caminho sem volta, uma necessidade, que não está livre de intercorrências, altos e baixos. Produzir energia limpa é parte da construção de um mundo melhor, mais sustentável. Todos sabem disso, inclusive as Cias de petróleo.

O interessante, e talvez irônico, deste processo em curso é que a transição energética depende do fóssil, portanto, há necessidade de se seguir produzindo derivados de petróleo, tanto quanto é imperioso fomentar os investimentos em fontes mais limpas.

Não é um “OU” outro, mas um “E” outro durante a transição.

Neste sentido, a BP faz uma aposta acertada nos rumos dos seus negócios, assim como a Petrobras o fez focando por ora em O&G. Mesmo que o pico do petróleo já tenha chegado, há espaço e tempo ainda para que todas as petroleiras venham a se tornar Petro-greens. Obviamente, quem sai na frente dita a moda e ganha os holofotes.

A Coluna do Gauto é publica na primeira sexta-feira de cada mês.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 02/10/2020

PETROBRAS RETOMA VENDA DAS REFINARIAS APÓS STF NEGAR LIMINAR DO SENADO

Por epbr 2 de outubro de 2020 - Em Combustíveis, Judiciário, Newsletter Comece seu Dia

COMECE SEU DIA

Quem faz Felipe Maciel, Guilherme Serodio e Larissa Fafá

Editada por Gustavo Gaudarde

gustavo@epbr.com.br

em jogo

A Petrobras retoma a venda das refinarias após o STF negar o pedido liminar de suspensão da negociações pela Rlam (Bahia) e Repar (Paraná). Ao todo, a companhia também vende refinarias nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Amazonas, além da unidade de processamento de xisto no Paraná, de lubrificantes no Ceará e, mais recentemente, iniciou a venda do Polo Guamaré, que inclui a Clara Camarão, no Rio Grande do Norte.

— “Lamentamos que o Supremo não tenha reconhecido a urgência e o risco que representa a decisão do governo de alienar patrimônio público sem autorização legislativa. Trata-se, porém, apenas de uma decisão liminar, a ser confirmada ou revisada no mérito. Vamos seguir debatendo esse tema, para que as pessoas entendam o que está em jogo, não só para o futuro da Petrobras, como para a autonomia energética do país”, afirmou o senador Jean Paul Prates (PT/RN), em nota.

— Para a Petrobras, a decisão está em linha com a consolidação da estratégia de focar em ativos do pré-sal e, portanto, concentrar sua atuação no downstream – refino, logística, gás e geração de energia – na região Sudeste.

— “Estamos muito felizes. Sempre acreditamos no resultado positivo porque temos confiança na capacidade de nossa Suprema Corte”, comentou Roberto Castello Branco.

— A FUP, que lamentou a decisão, espera que a venda dos ativos ainda seja impedida por ações nos estados. “A FUP defende o julgamento do mérito da ação, ainda sem data para ser realizado

pelo plenário do STF, mesmo sabendo ser difícil reverter a decisão”. E conta com uma reação legislativa.

— “A greve que fizemos em fevereiro chamou a atenção dos parlamentares para esse absurdo processo que a gestão da Petrobras está fazendo com as refinarias. A partir dos nossos argumentos, as mesas do Congresso, do Senado e da Câmara entenderam que o que está acontecendo é uma burla ao que é estabelecido pela Constituição, de que é preciso aval legislativo para qualquer venda relacionada à empresa matriz”, diz o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar.

— Por seis votos a quatro, os ministros do STF votaram contra o pedido de liminar para interromper a venda de refinarias da Petrobras, nesta quinta (1º), divergindo do relator Edson Fachin. Ação é liderada pelo Senado Federal, que vê ilegalidade na venda das unidades sem aval do Congresso Nacional. epbr

— Destacamos ontem: defesa da Petrobras contou com o próprio advogado-geral da União, José Levi, que afirmou que não vender as refinarias agora seria como a Petrobras “rasgar dinheiro”, em apoio à estratégia da companhia.

A Petrobras desclassificou a Golar Power Comercializadora da licitação para o arrendamento do Terminal de GNL da Bahia por conta de alto Grau de Risco de Integridade (GRI).

— Decisão tomada após o presidente licenciado da empresa no Brasil, Eduardo Antonello, ter sido alvo da operação Lava Jato por conta de sua atuação passada na Seadrill, empresa que afreta sondas para perfuração em águas profundas para a Petrobras.

— A concorrência está agora em fase de recurso. A BP Energy apresentou uma proposta e um pedido de adiamento da concorrência. Recorreu a uma solução intermediária, apresentando uma proposta não vinculante, que não estava prevista no edital e não foi acatada pela Petrobras. O terminal pode ser, novamente, licitado. epbr

Na Coluna do Gauto, a transição das majors do petróleo: “o interessante, e talvez irônico, deste processo em curso é que a transição energética depende do fóssil, portanto, há necessidade de se seguir produzindo derivados de petróleo, tanto quanto é imperioso fomentar os investimentos em fontes mais limpas”, escreve Marcelo Gauto. Leia o artigo na íntegra

Letícia Andrade assume a partir desta quinta (1º) a presidência interina da Equinor Brasil, acumulando com seu cargo de vice-presidente de Estratégia e Portfólio, e substituindo Margareth Øvrum, que representará o Brasil no comitê executivo da Equinor até 31 de dezembro, quando irá se aposentar.

A Justiça Federal do Distrito Federal exigiu que a ANP e o Ibama expliquem em até dez dias por que blocos exploratórios na região de Abrolhos, no litoral sul da Bahia, foram incluídos na oferta permanente de áreas coordenada pela agência reguladora sem a informação de que tais blocos são alvos de questionamento judicial, devido aos seus eventuais impactos ambientais.

— A decisão do juiz federal substituto da 21ª Vara seção judiciária do DF, Rolando Valcir Spanholo, é resultado de uma ação movida pelos senadores Fabiano Contarato (Rede/ES) e Randolph Rodrigues (Rede/AP).

— “A União tem o dever de informar às empresas interessadas que a oferta está sob análise judicial, bem como não dispensa a obtenção do licenciamento ambiental exigido por lei. Sem essas informações as empresas poderão tomar decisão de maneira distorcida, sem a dimensão do dano ambiental que pode ser causado pela exploração de petróleo naquela região. A exploração econômica deve estar em harmonia com a preservação ambiental”, comentou Contarato. Estadão

O RenovaBio atingiu a marca de 10 milhões de créditos de descarbonização (CBIOS) validados na Plataforma C BIO na quarta (30), anunciou a ANP. A marca equivale a 67% do total de 14,9 milhões de CBIOS estabelecido como meta para 2019 e 2020 pelas Resoluções nº 15/2019 e nº 8/2020 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

— O mês de setembro registrou o recorde de CBIOS validados na plataforma (2,2 milhões), elevando a média de certificados gerados nos últimos três meses para 2 milhões/mês. Mantida essa tendência, até o início de dezembro deve-se atingir a meta para 2019 e 2020.

— O valor médio do C BIO negociado na Brasil Bolsa Balcão (B3) variou de R\$ 20 a R\$ 37,35 em setembro. epbr

A francesa Voltalia anunciou nessa quinta (1º) a venda de uma fatia de 33% no parque eólico Ventos Serra do Mel III (RN) para o fundo de investimentos em infraestrutura Stoa. O complexo terá 152 MW de capacidade e está em construção. A energia a ser gerada foi vendida à Cemig em contratos de 20 anos. Reuters

A BR Distribuidora recebeu nova parcela referente aos Instrumentos de Confissão de Dívidas (ICDs) assinados com a Eletrobras e suas distribuidoras. Segundo comunicado da companhia, a BR recebeu cerca de R\$ 34,7 milhões, correspondentes à 29ª parcela – são 36 ao todo. Desde a assinatura destes instrumentos, a companhia já recebeu R\$ 4,56 bilhões. Investing.com

O consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 39.122 GWh em agosto, 1,4% maior que o registrado em igual mês de 2019, aponta a Resenha Mensal do Setor Elétrico, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Foi a primeira variação positiva registrada em 2020. Já o consumo acumulado em 12 meses alcançou 471.235 GWh, uma variação negativa de 1,6%.

— O consumo industrial registrou o seu primeiro crescimento desde abril (+2,3%), enquanto o consumo residencial aumentou 7,9%. Já a classe comercial registrou queda de 9,9%, embora com uma taxa negativa mais branda do que as dos quatro meses anteriores.

— Entre as regiões do país, houve avanços do Sudeste (+2,0%), do Norte (+5,3%) e do Centro-Oeste (+3,2%). E quanto às modalidades de contratação, enquanto o mercado livre cresceu 5,6%, o consumo cativo das distribuidoras de energia elétrica caiu 0,9%.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 02/10/2020

PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DIVERGEM SOBRE SOLUÇÃO PARA PRÓXIMO LEILÃO DE BIODIESEL

Por Gabriel Chiappini - 2 de outubro de 2020 - Em Notícias

As incertezas continuam rondando a realização do 76º Leilão de Biodiesel (L76), pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que terá início no próximo dia 5 de outubro.

Produtores e distribuidores seguem divergindo quanto à manutenção ou redução da mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel, que hoje é de 12%, o B12, para abastecer o mercado de novembro e dezembro.

De acordo com os distribuidores, a demanda nacional por óleo diesel continua elevada e pode chegar aos 9,4 bilhões de litros no último bimestre, um crescimento de 3,4% sobre o mesmo período do ano passado. Sendo assim, a demanda de biodiesel para atender o B12 mínimo poderia chegar a 1,2 bilhões de litros.

“Para o L76, o que se afigura é uma repetição do L75, que inclusive resultou, pelo volume ofertado em nível inferior à demanda, em que algumas distribuidoras ficassem sem os produtos que necessitavam adquirir”, afirmou Sergio Massillon, diretor institucional da BRASILCOM, que representa distribuidoras de combustíveis.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 02/10/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS ADERE A PROGRAMA DE ANISTIA DE ICMS E PAGARÁ R\$ 1,8 BI AO RIO EM 2020

Empresa também firma acordo com Espírito Santo. Dívida com os dois estados somava de R\$ 4,3 bi

Por Ramona Ordoñez

RIO - Em meio à crise política com o processo de impeachment do governador Wilson Witzel e à profunda crise financeira, o Estado do Rio receberá um reforço de R\$ 1,8 bilhão em seu caixa até o fim deste ano. O valor resulta da adesão da Petrobras ao programa de anistia do ICMS do Rio, que prevê redução de juros e multas por débito relacionado ao tributo.

A companhia também aderiu ao mesmo programa de anistia no Espírito Santo. Somando o valor pago nos dois estados, a estatal vai desembolsar R\$ 2 bilhões. Segundo a Petrobras, cerca de 70% do total serão pago ainda no mês de outubro. O restante será em parcelas mensais até dezembro deste ano.

Ao aderir aos programas, a Petrobras encerra as divergências jurídicas sobre a cobrança de ICMS que somam R\$ 4,3 bilhões. Ou seja, a empresa conseguiu reduzir sua dívida à metade.

No caso do Rio, a dívida era referente à cobrança de ICMS e a multas nas operações de consumo interno de óleo diesel (bunker) por unidades marítimas afretadas pela companhia. A partir de agora, todas as saídas internas serão tributadas pelo ICMS, com a alíquota de 4,5%.

O pagamento ao governo fluminense, contudo, ainda está condicionado à sanção do projeto de lei 3.158/20 pelo governo fluminense, que vai incorporar integralmente as regras dispostas no Convênio ICMS 51/2020, firmado no âmbito do Confaz.

De acordo com a secretaria de Fazenda do Rio, o projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio e deverá ser sancionado nos próximos dias. A Petrobras vai assinar um Termo de Ajustamento de Conduta Tributária com o governo do Rio, que viabilizará o pagamento.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

PRONAMPE: GOVERNO DEVE LIBERAR MAIS R\$ 10 BILHÕES PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Senadores querem mudanças estruturais no programa para aumentar recursos disponibilizados; governo está estudando a proposta

Por Gabriel Shinohara

BRASÍLIA — Nas próximas semanas, o Ministério da Economia deve liberar mais R\$ 10 bilhões para o Pronampe, linha de crédito focada em micro e pequenas empresas, segundo fonte ouvida pelo GLOBO que está a par das discussões. O martelo deve ser batido na semana que vem.

Os recursos virão da linha de financiamento de salários de pequenas e médias empresas que não teve tanto sucesso entre os empresários. Dos R\$ 34 bilhões colocados pelo governo em abril, apenas R\$ 5,4 bilhões foram concedidos até o fim de setembro.

Por essa falta de procura pelo financiamento, os senadores Jorginho Mello (PL-SC) e Kátia Abreu (PP-TO) se reuniram com bancos públicos, o governo e o Banco Central para pedir o redirecionamento desses recursos para o Pronampe.

O remanejamento seria o segundo feito pelo governo já que R\$ 17 bilhões já haviam sido retirados do programa em agosto, R\$ 12 bilhões para o primeiro aporte extra no Pronampe e R\$ 5 bilhões para a linha de crédito via maquininhas.

O programa original do crédito para folha de pagamento não engrenou, pois a maioria dos pequenos empresários não trabalha com folha de pagamento. Além disso, a linha era limitada ao custeio de salários, o que não ocorre com o Pronampe, que pode ser utilizado para outras necessidades, como pagamento de fornecedores e aluguel.

Com essas características diferentes, o Pronampe teve bastante sucesso, esgotando os primeiros R\$ 15,9 bilhões em cerca de um mês. No total, já liberou R\$ 31,5 bilhões até 1º de outubro, segundo o governo.

Mudanças no programa

Desde o início do funcionamento do Pronampe, o senador Jorginho Mello reclama que os bancos não “alavancam” os recursos, ou seja, não emprestam mais do que a garantia. O programa garante até 100% das operações desde que todos os empréstimos feitos pela instituição não tenham uma taxa de inadimplência maior que 85%.

Com isso, as instituições não têm concedido muito mais do que o valor da garantia, inicialmente de R\$ 15,9 bilhões e atualmente de R\$ 27,9 bilhões, com o objetivo de manter a operação com risco muito baixo.

Na reunião que aconteceu nesta semana, os senadores sugeriram diminuir essa taxa de inadimplência de 85% para 25%. Se for concretizado, o cálculo é que o Pronampe chegue a conceder mais R\$ 40 bilhões só com o novo aporte.

A alteração está em estudo pelo governo e pelos bancos públicos, que devem apresentar as consequências dessa mudança para as condições gerais do programa na próxima semana. Atualmente, o Pronampe tem taxa de juros de 1,25% ao ano mais a Selic (atualmente em 2%). O prazo é de 36 meses, com carência de oito meses para começar a pagar.

Esse tipo de alteração deve aumentar as taxas de juros, já que com a diminuição da garantia, os bancos avaliam que os riscos serão maiores. Outra opção seria diminuir o período de carência, que pode tornar a linha mais atrativa para os bancos e, assim, fazer com que os recursos continuem chegando nos empresários.

Uma das saídas propostas pelos senadores para que o crédito continue fluindo nessas condições é a atuação mais intensa do Banco do Brasil e da Caixa. Para alterar o programa, o Congresso precisaria aprovar um projeto de lei.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

BANCO CENTRAL LIBERA ATÉ R\$ 62 BILHÕES PARA EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM 2021

Liberação será possível com mudanças nas alíquotas dos chamados depósitos compulsórios, dinheiro que os bancos são obrigados a deixar depositado no BC

Por Gabriel Shinohara

BRASÍLIA — O Banco Central (BC) prorrogou nesta sexta-feira a vigência da redução temporária dos níveis de depósitos compulsórios até abril de 2021. Os compulsórios são a parcela de depósitos que os bancos são obrigados a manter em reservas e não usar em operações, como empréstimos.

Além disso, o BC também diminuiu a necessidade de recolhimento desses depósitos permanentemente após esse período. Com isso, o Banco Central espera liberar até R\$ 62 bilhões que antes não poderiam ser usados pelas instituições financeiras.

A redução das alíquotas de recolhimento de 25%, estabelecido em fevereiro, para 20% entra em vigor depois de abril.

Antes da pandemia, a autoridade monetária já tinha decidido reduzir a alíquota de recolhimento dos compulsórios de 31% para 25%. No mês seguinte, prevendo os efeitos do coronavírus na economia, o BC decidiu reduzir novamente essa alíquota, de 25% para 17%.

O objetivo era dar mais liquidez para a economia, ou seja, fazer com que as instituições financeiras tivessem mais recursos livres para conceder empréstimos e financiamentos, por exemplo.

Essa redução para até 17% seria temporária e estava prevista para acabar em dezembro. No entanto, o Banco Central decidiu prorrogar pelo menos até abril do próximo ano porque ainda avalia que o sistema bancário continua com “condições mais restritivas”.

“Considerando a permanência das condições mais restritivas de captação bancária, o crescimento do nível dos depósitos que constituem a base de cálculo deste tipo de recolhimento e os limites para utilização do compulsório para fins de apuração do LCR, o BC decidiu estender a alíquota temporária, de 17%, até abril de 2021.”

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE 3,2% EM AGOSTO, QUARTA ALTA SEGUIDA

Mas setor ainda está longe de eliminar perdas, diz IBGE. Desempenho ficou abaixo da expectativa de mercado

Por Karen Garcia

RIO - A produção industrial brasileira cresceu 3,2% em agosto, na comparação com julho, segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a quarta alta seguida, mas o setor ainda está longe de recuperar as perdas durante a pandemia.

No acumulado do ano, a indústria registra queda de 8,6%. E, em 12 meses, a perda acumulada é de 5,7%. Na comparação com agosto de 2019, o desempenho do setor também ficou no terreno negativo, com retração de 2,7%. São dez quedas consecutivas nesta base de comparação.

A projeção do mercado era de alta de 4% ante julho e nenhum crescimento sobre igual período de 2019, segundo cálculos da Genial Investimentos.

"Mesmo com quatro altas consecutivas, o indicador ainda não eliminou totalmente a perda de 27% acumulada entre março e abril, no início da pandemia do Covid-19, quando a produção industrial caiu ao patamar mais baixo da série", informou o IBGE.

Indústria automotiva puxa alta

Segundo o IBGE, o resultado de agosto reflete melhora disseminada em vários campos da indústria, com avanço nas quatro categorias econômicas: bens de capital (máquinas e equipamentos), bens de consumo (duráveis e não duráveis) e bens intermediários.

Entre os ramos pesquisados, houve crescimento em 16 dos 26 contemplados pela pesquisa. O destaque foi a produção de veículos, que cresceu 19,2% frente a julho. Nos meses iniciais da pandemia, o segmento chegou a fechar várias fábricas e viu sua produção cair ao menor patamar desde os anos 1950.

Para a economista da XP Investimentos Lisandra Barbero, a demanda interna foi o que influenciou o avanço do segmento automotivo, assim como o de outros bens de consumo duráveis. Essa categoria teve a produção ampliada em 18,5% ante julho, após salto de mais de 60% no mês anterior.

- O auxílio emergencial fez com que o consumo ficasse mais acelerado. Temos também um cenário de taxa de juros baixas que influencia positivamente a aquisição de bens duráveis - diz Lisandra.

Por outro lado, diz a economista, a desvalorização do real ajudou a elevar as exportações de alguns segmentos, contribuindo para o desempenho industrial positivo. Caso do têxtil e do metalúrgico, que apresentaram alta de 9,1% e 3,2% frente a julho, respectivamente.

Mão de obra pode ser trava

Apesar do avanço em agosto e nos últimos meses, Lisandra sinaliza que a perspectiva é que a indústria brasileira deve seguir em ritmo tímido e projeta um fechamento do ano com retração de 8,2%.

- A forma como o governo vai fazer a transição de um ano caracterizado muito estímulo para um ano pós-pandemia vai pesar nos próximos resultados. A indústria não é um setor muito intensivo em mão de obra, mas demanda qualificação. O mercado de trabalho brasileiro pode ser um desafio para o setor.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

MINISTRO DEFENDE ACORDO SOBRE ROYALTIES QUE PODE EVITAR PERDA BILIONÁRIA PARA O RIO

Proposta pode encerrar impasse no STF. Estado aderiu à negociação em setembro com objetivo de não correr risco de perder R\$ 67,9 bi até 2025

Por Manoel ventura



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24672021-5e2-830/FT1086A/652/x89422174_EC-Brasilia-BSB-02-09-2020-Entrevista-com-o-Ministro-de-Minas-e-Energia-Bento-Albuquerque.jpg.pagespeed.ic.vWjD79JNg9.jpg

Para o ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, proposta de acordo com a participação do Rio pode resolver impasse que se arrasta há sete anos Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA - O ministro de Minas e Energia, Bento

Albuquerque, defende o acordo proposto pelo Espírito Santo — ao qual o Rio aderiu em setembro — para encerrar uma discussão a respeito da divisão de royalties de petróleo que se arrasta há sete anos no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em entrevista ao GLOBO, o ministro afirmou, porém, que ainda não há uma posição do governo federal a respeito dos termos desse entendimento.

— O ideal é que haja acordo. E a posição que foi adotada pelo estado do Rio contribui muito para que ele seja alcançado. A própria Justiça incentiva esse tipo de acordo — disse: — Tenho certeza de que o acordo é melhor. E estou vendo que as partes estão chegando a essa conclusão.

Se a proposta for aceita, o estado do Rio e os municípios fluminenses deixariam de receber cerca de R\$ 7,7 bilhões até 2025, em troca de evitar o risco de uma eventual derrota na Corte que resultaria em perdas de até R\$ 67,9 bilhões no período, segundo cálculos da Secretaria Estadual de Fazenda.

US\$ 8 bilhões no caixa: STF decide que Petrobras pode vender refinarias sem aval do Congresso. Veja por que isso é importante para a estatal

A disputa começou em 2012, quando o Congresso aprovou lei que alterou as regras de distribuição de royalties e participações especiais repassados aos governos locais.

Pelo texto, há uma queda significativa nas receitas para estados produtores e aumento da fatia destinada aos não produtores. A mudança foi questionada pelo governo do Rio no STF. Em 2013, a ministra Cármen Lúcia concedeu liminar suspendendo os efeitos da nova lei — decisão provisória em vigor até hoje.

— Foi uma evolução a posição do estado do Rio. Já há sensibilidade muito grande por parte do STF com as informações que nos têm solicitado e temos passado. E há outros órgãos atuando, principalmente o Ministério da Economia, que tem toda essa tratativa das reformas em andamento, o que influenciará a decisão do Supremo — disse o ministro.

O plenário da Corte nunca chegou a uma conclusão definitiva sobre o impasse. O julgamento já foi adiado várias vezes, a pedido de estados produtores, que tentam negociar um acordo. A próxima sessão para discutir o assunto está prevista para 3 de dezembro.

Na prática, o acerto prevê que os recursos oriundos de contratos fechados até 2012 sejam distribuídos conforme as regras antigas. Além disso, suaviza as perdas para estados e municípios produtores daqui para frente.

O texto original da lei prevê, por exemplo, que a fatia de royalties destinada a cidades afetadas pelo petróleo seja reduzida de até 30% do total para 4%, gradativamente. Com o acordo, a fatia seria reduzida para 17%. Para os estados produtores, as participações especiais — outra compensação paga pelas petroleiras — cairiam de 40% para 20% na redação aprovada pelo Congresso. Pelo acordo, a fatia seria reduzida para 34%.

Fim de leilões com regime de partilha

Albuquerque evitou antecipar a visão do governo federal:

— Não vejo o governo tomando uma posição naquilo que é melhor, porque essa posição vai ser fruto de um consenso entre todos esses atores, o Congresso, a Federação e o Supremo — disse.

O ministro afirmou ainda que espera não fazer mais leilões de blocos de petróleo no regime de partilha. O governo apoia a revisão desse modelo, por meio de um projeto em discussão no Congresso.

O regime de partilha rege os contratos do pré-sal e por meio dele o governo é “sócio” da empresa vencedora do leilão. É diferente do modelo de concessão, em que a empresa não divide o petróleo com a União, pagando apenas impostos e royalties, de acordo com a produção:

— Eu espero que nós não tenhamos mais nenhum leilão no regime de partilha. E é por isso que o governo tem trabalhado, e já colocou isso para o Congresso Nacional.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

BOLSONARO: 'PAULO GUEDES É O CARA DA POLÍTICA ECONÔMICA. A PALAVRA FINAL É DELE'

Presidente diz confiar 99,9% no ministro da Economia e que o governo está buscando recursos para o Renda Brasil

Por Gabriel Shinohara e Daniel Gullino



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24609807-147-657/FT1086A/652/x89237451_EC-Brasilia-BSB-19-08-2020-Solenidade-de-Sancao-de-Medidas-Provisorias-de-Facilitacao-d.jpg.pagespeed.ic.vvElxO7rbJ.jpg

Paulo Guedes é o homem de confiança do presidente Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira que o ministro da Economia, Paulo Guedes, é o cara da política econômica. O presidente disse ter 99,9% de confiança nele. O 0,1% restante seria para quando Bolsonaro quiser “mudar alguma coisinha”. A fala foi feita em transmissão ao vivo pelas redes sociais.

— Paulo Guedes continua 99,9% de confiança comigo. Deixo 0,1% porque às vezes, eu quero mudar alguma coisinha eu falo com ele: “PG, porra, não é 100% não, porra. 0,1% é meu, pô, Qual é, pô? Você quer tudo pra você, pô? Você é muito guloso. Daqui a pouco você vai ficar gordo igual o Tarcísio (de Freitas, ministro da Infraestrutura). Não quero você engordando não o PG”. Ele é o cara da política econômica, tá certo? A palavra final é dele e ponto final.

Bolsonaro fez a afirmação ao falar sobre o recente aumento no preço dos alimentos. O presidente disse que o preço do arroz deve voltar ao normal no ano que vem, com uma “supersafra”.

— Alguns falam que eu tenho que tabelar, não vai tabelar, nós já sabemos o que acontece com tabelamento, olha a Venezuela, lá está tabelado. Não tem. No Brasil enfrentamos outros planos econômicos do Brasil onde houver tabelamento, o que aconteceu? Some do mercado. Então a nossa política é livre mercado, seguir a linha do Paulo Guedes.

A declaração do presidente também acontece na semana em que o governo discute qual vai ser o meio de financiamento do programa Renda Cidadã. A proposta do senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, prevê usar recursos destinados ao Fundeb e ao pagamento de precatórios.

No entanto, o ministro Paulo Guedes ficou contra essa fonte de financiamento. Em fala na quarta-feira, ele disse que não usaria um “puxadinho” para o programa de renda básica. Nesta quinta-

feira, o assessor especial de Guedes, Guilherme Afif Domingos, descreveu a ideia como “esdrúxula”.

Na transmissão ao vivo, Bolsonaro chegou a falar da discussão sobre o programa e afirmou que a economia pode não pegar até o ano que vem.

— Não é fácil, os problemas, estamos com Renda Brasil, tirar dinheiro da onde, tem, não tem, correndo atrás. Nós sabemos que janeiro, fevereiro do ano que vem, acaba em dezembro o auxílio emergencial e a economia pode não ter pegado até lá, temos 38 milhões de informais, atualmente chamam de invisíveis e nem todos vão conseguir voltar ao mercado.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

STF DECIDE QUE PETROBRAS PODE VENDER REFINARIAS SEM AVAL DO CONGRESSO. VEJA POR QUE ISSO É IMPORTANTE PARA A ESTATAL

Suspender negociações já avançadas em torno de 8 unidades de refino significaria adiar a entrada de cerca de US\$ 8 bilhões no caixa

Por Ramona Ordoñez

RIO - O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a venda de duas refinarias da Petrobras sem necessidade de licitação ou aval do Congresso. O resultado do julgamento encerrado nesta quinta-feira tem um papel decisivo para as finanças da estatal e a estratégia da atual direção para reduzir o seu alto endividamento.

Suspender o processo de negociação, em alguns casos já bem avançado, das oito unidades de refino que a Petrobras colocou à venda poderia significar, na prática, retardar em mais de um ano a entrada de cerca de US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 45 bilhões) no caixa da companhia, de acordo com estimativas de mercado.

São apenas alguns dos negócios que a companhia quer passar para a iniciativa privada no âmbito do plano de desinvestimentos que pretende arrecadar US\$ 29 bilhões até 2023.

Com a pandemia, o processo de vendas de ativos da Petrobras vem sofrendo atrasos. A estatal já admitiu que deverá arrecadar somente US\$ 1 bilhão neste ano com venda de ativos.

O dinheiro da venda das refinarias é uma ajuda e tanto para um dos principais desafios da estatal, ainda mais agora com o cenário adverso criado pela pandemia: reduzir o alto endividamento, da ordem de US\$ 91 bilhões, e concentrar investimentos na exploração e produção do pré-sal.

Mas não são apenas questões financeiras da Petrobras que estavam em jogo nesse julgamento. Uma decisão desfavorável à estatal prejudicaria todo o programa de abertura do mercado de óleo e gás que está em andamento, sob a concepção liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Atualmente, a Petrobras é praticamente a única fabricante de combustíveis no país, portanto controla o seu preço. Com a venda de metade do seu parte de refinarias, passará a ter concorrentes. O governo acredita que a competição pode favorecer consumidores finais e estimular investimentos.

De acordo com executivos do setor, se a Petrobras fosse obrigada a pedir autorização ao Congresso para venda de refinarias, teria mais dificuldades de abrir espaço para a iniciativa privada não só no mercado de combustíveis.

A decisão poderia dificultar a venda de ativos em outras áreas nas quais a estatal deixará de ser monopolista por decisão do governo, como o de transporte e distribuição de gás natural.

A estatal inclusive assinou compromisso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de abrir espaço para concorrentes também neste segmento.

— Essa decisão do STF, se desfavorável à Petrobras, poderia impactar numa segunda onda de abertura do mercado de óleo e gás, que é tirar o gigante da frente. Não é só refinaria, não é só gasoduto, é a abertura do setor como um todo — ressaltou Leonardo Miranda, sócio na área de petróleo e gás do Tozzini Freire Advogados.

Para o advogado, o STF inviabilizaria algo que até mesmo o Cade, como órgão de defesa da concorrência, já determinou que a Petrobras tem que fazer:

— O que está em jogo é a desverticalização da Petrobras. Se o STF decidir que a empresa tem que ter a aprovação do Congresso, vai dificultar. A discussão que está na mesa não é só em relação ao setor de refino, mas também à abertura do setor de óleo e gás — destacou Miranda.

Além disso, a Corte já havia decidido que o Legislativo não seria chamado a avaliar a venda de subsidiárias das estatais, apenas no caso de venda da a companhia como um todo, a chamada empresa-mãe.

Baseada nessa lógica, a Petrobras privatizou no ano passado subsidiárias como a BR Distribuidora sem passar pelo Congresso. No entanto, os parlamentares recorreram ao STF com uma reclamação alegando que, na venda das refinarias, a Petrobras está agregando ativos subsidiárias com o único objetivo de vender parte do patrimônio da empresa-mãe sem autorização do Congresso.

Especialistas não consideram a inserção de determinados ativos nas subsidiárias à venda como um manobra da Petrobras. Seria uma questão de gestão do portfólio (conjunto de projetos) que qualquer empresa do porte da Petrobras precisa fazer para sobreviver.

Segundo Leonardo Miranda, a venda de uma refinaria precisa incluir outros ativos de infraestrutura ligadas a essa unidade para viabilizar a operação pelo operador privado e ainda aumentar o valor do negócio.

— Se a Petrobras tiver que mudar esse modelo que é de mercado, isso sim criará uma insegurança jurídica. Não vejo manobra nenhuma no que a Petrobras fez. Estão dizendo que a Petrobras está fatiando, mas o Cade determinou que a companhia vendesse esses ativos. Não está sendo fatiada, está sendo desverticalizada — insiste Miranda.

Ali Hage sócio da área de Óleo e Gás do Veirano Advogados, concorda que, se a Petrobras tiver que vender as refinarias em separado, sem ativos de infraestrutura local como sistemas de tancagem e dutos, será por preços piores. Ele também não considera agregar infraestruturas às refinarias uma manobra ilegal:

— A estratégia da Petrobras é focar os investimentos no pré-sal, e ela precisa se capitalizar para isso. Não tem o menor sentido amarrar a empresa, dizer que não pode vender um ativo, um pedaço da empresa. Porque ela vai continuar existindo e crescendo. O fato de ter um ativo a mais ou a menos não vai mudar. Vender a refinaria e sua infraestrutura logística é muito mais atrativo, além de ser muito mais complicado vender esses ativos isoladamente.

Negócios em andamento sob ameaça

A decisão contrária à Petrobras pelo STF acarretaria ainda, de acordo com Ali Hage maior insegurança jurídica para investimentos no setor de óleo e gás, o que é contra os interesses do país no estímulo à recuperação da economia no pós-pandemia.

O processo de venda de oito refinarias, que representam cerca de 50% de sua capacidade total de refino (cerca de 1,1 milhão de barris por dia de petróleo) já está em andamento. A estatal já

está em fase final de negociação com o fundo de investimentos Mubadala para a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, a primeira do país.

Também já iniciou fase de discussão com dois grupos interessados na Refinaria Getúlio Vargas (Repar), no Paraná.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 02/10/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BNDES VENDE R\$ 16 BI EM AÇÕES EM MEIO À PANDEMIA E REDUZ PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS

Como parte de seu programa de desinvestimento, banco de fomento já vendeu papéis de Vale, Suzano e AES Tietê; Klabin e ações preferenciais da Petrobrás são as próximas da lista

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

Em meio a um cenário de maior volatilidade dos mercados, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez mais uma venda de ativo de sua carteira de renda variável, seguindo o seu plano de enxugar seu portfólio de ações. Na quinta-feira, 1º, o banco concluiu a venda de sua participação de 11% na gigante de celulose Suzano e colocou no caixa mais R\$ 6,9 bilhões, se despedindo de mais uma de suas maiores posições de sua carteira. Com isso, ao longo da pandemia os desinvestimentos pelo banco de fomento já são da ordem de R\$ 16 bilhões. Antes foram feitos desinvestimentos em Vale e AES Tietê.

Apesar do aumento da volatilidade, segundo investidores, a oferta da Suzano se beneficiou do dólar mais elevado, já que o câmbio dá um impulso às suas receitas. A demanda foi alta e superou em três vezes o total da oferta - as ordens ficaram acima dos R\$ 20 bilhões, apurou o Estadão/Broadcast.

Os planos para o ano incluem mais vendas de ativos. Para o curto prazo, está na lista a venda das ações da Klabin, por exemplo, além das ações preferenciais da Petrobrás, que ainda precisam recuperar o preço visto no pré-pandemia.

Em agosto, o BNDES também capitaneou o maior leilão em Bolsa da história da América Latina, com a venda de parte de suas ações da mineradora Vale, uma operação que girou R\$ 8,1 bilhões. A instituição financeira, a partir de novembro, terá disponível ainda mais ações da Vale para venda, após o fim do acordo de acionistas da empresa.

No início do ano, o banco fez a venda de suas ações ordinárias da Petrobrás, a maior transação deste ano no mercado acionário, de R\$ 22 bilhões. Vendeu ainda sua fatia na AES Tietê para a AES Corp, ou seja, em uma clássica operação de M&A - fusões e aquisições, do inglês, embolsando R\$ 1,27 bilhão. No fim do ano passado foi outra oferta de ações que marcou a sua saída do capital do frigorífico Marfrig.

Ainda na lista para desinvestimento está sua participação polêmica na JBS. A operação estava sendo conduzida no início do ano, mas foi atropelada com a chegada da pandemia. Essa, contudo, deve ficar para 2021.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 02/10/2020

PARA O MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 13º DE QUEM TEVE SALÁRIO REDUZIDO DEVE SER INTEGRAL

Pasta fez consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre como deve ser feito o pagamento, para evitar interpretações "alternativas" de empresas que fizeram acordo com os funcionários durante a pandemia

Por Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho enviou uma consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável pelos pareceres jurídicos do Ministério da Economia, sobre como deve ser feito o pagamento do 13º salário a trabalhadores que tiveram jornada e salários reduzidos durante a calamidade provocada pela pandemia da covid-19.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a intenção é eliminar qualquer insegurança jurídica sobre como deve ser feito o cálculo da gratificação natalina.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/4/1601606138249.jpg>

Governo teme que redução de jornada e salário, principalmente no mês de dezembro, abra brecha para uma redução no 13º salário. Foto: Alex Silva/Estadão

O entendimento da equipe econômica é que o 13º deve ser calculado sobre o salário integral, sem a redução. Mas, como a lei que criou a gratificação natalina prevê que a base é o salário de dezembro, há o temor de que empresas com acordos em vigor no último mês do ano acabem pagando um valor menor,

ou ainda, num caso extremo, que empregadores façam novos acordos apenas com o propósito de reduzir o 13º.

O governo também quer evitar interpretações "alternativas" de que o valor do 13º deveria ser uma "média" do recebido no ano, lógica que só vale para funcionários que recebem por comissão.

Até 25 de setembro, o governo registrou a realização de 10,2 milhões de acordos de redução de jornada e salário – daí a importância de garantir a segurança jurídica para esses trabalhadores e seus empregadores.

Na avaliação da área econômica, a lei que criou o programa emergencial para manutenção de empregos na crise da covid-19 é uma "legislação específica de crise" e não deve interferir em direitos perenes dos trabalhadores. A própria Constituição coloca como direito o "décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria".

Suspensão de contrato

Outros 8 milhões de acordos foram de suspensão de contrato. Nesses casos, o entendimento dos técnicos é que vale a mesma regra do lay-off: o valor em si é calculado sobre o salário integral, mas os meses não trabalhados são descontados. Ou seja, uma pessoa que teve o contrato suspenso por quatro meses, por exemplo, receberá apenas dois terços do salário como 13º (o equivalente a 8 dos 12 meses). Acordos coletivos até podem prever regras específicas para o 13º, desde que mais vantajosas para o trabalhador.

A ideia da consulta surgiu na esteira das dúvidas dos próprios empregadores e trabalhadores. A avaliação técnica é que o mais apropriado seria que os empregadores consultassem a própria Justiça do Trabalho sobre o tema. Mas ao mesmo tempo o governo quis evitar o risco de que a incógnita acabe virando uma dor de cabeça no fim do ano, quando a gratificação precisará ser paga.

Oficialmente, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho diz apenas que a lei que criou o programa emergencial “não alterou a forma de cálculo de qualquer verba trabalhista prevista na legislação ordinária”. O órgão diz ainda que a legislação estabeleceu critérios apenas para o benefício emergencial (compensação paga pelo governo ao trabalhador que aceitou o acordo), “não abrangendo o 13º”.

A Secretaria esclareceu ainda que os acordos “podem estabelecer um grande número de possibilidades diante do caso concreto”. “Assim, cada caso pode ser diferente a depender do acordado”, diz o órgão.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 02/10/2020*

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO VAI INVESTIGAR GARIMPOS QUE ‘ESQUENTAM’ OURO

Por Mariana Durão

A Agência Nacional de Mineração (ANM) quer mapear as 2.533 permissões de lavra garimpeiras já concedidas no País, concentradas no Norte e Centro-Oeste. O trabalho será realizado com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, e deve levar três anos.

Fake. A ideia é checar se as operações estão funcionando de fato. Se uma área concedida legalmente não está produzindo nada, mas declara volumes, na prática pode estar “esquentando ouro” proveniente de garimpo ilegal. Mesmo que não seja o caso, a área ociosa pode ser liberada para um interessado em explorar de fato.

Ourotech. O mapeamento vai envolver análise de campo, de imagens e desenvolvimento de um algoritmo de fiscalização. A UFV já desenvolveu projeto semelhante para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com a ajuda de drones, mapeou assentamentos para fornecer dados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Contato: colunabroadcast@estadao.com

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 02/10/2020*



VALOR ECONÔMICO (SP)

MARINHO NEGA CRÍTICA A GUEDES, QUE DIZ: "NÃO ACREDITO, MAS SE FALOU, É FURA-TETO"

Em nota, ministro do Desenvolvimento afirmou que o governo reconhece a necessidade de encontrar uma solução para o benefício emergencial e que isso se dará como resultado de "amplo debate" com o Parlamento

Por Matheus Schuch e Lu Aiko Ota, Valor — Brasília

Circularam no mercado financeiro nesta sexta rumores de que o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho (PSDB-RN), teria feito comentários sobre o Renda Cidadã e criticado o trabalho do ministro da Economia, Paulo Guedes, em uma live fechada para investidores e fora da agenda oficial. As conversas tiveram impacto nos contratos de juros futuros, que fecharam o dia em alta. Marinho negou os rumores e enviou uma nota à imprensa para esclarecer suas declarações. Questionado sobre o assunto, Guedes disse não acreditar que Marinho tenha falado mal dele. "Mas, se falou, é despreparado, desleal e fura-teto", afirmou Guedes.

Os comentários que correram os mercados diziam que Marinho teria reforçado que existe um impasse em torno do financiamento do Renda Cidadã, mas que o programa sairia "da melhor ou da pior forma". Ele também teria tecido fortes críticas contra seu colega de esplanada Paulo Guedes. Entre outras coisas, Marinho teria dito que foi o próprio Guedes que teve a ideia de usar recursos de precatórios para financiar o Renda Cidadã e que, agora, não tem uma proposta. Os comentários acabaram sendo distribuídos, pelo WhatsApp, para outros representantes do mercado financeiro.

Ao chegar à sede do ministério, visivelmente irritado com os rumores, Guedes disse: "Não acredito que ele falou mal de mim. Mas, se falou, é despreparado, desleal e fura-teto." Questionado se havia falado com Marinho, ele informou que não. "Estão dizendo que ele falou isso. Eu não acredito que ele tenha falado isso. Eu realmente não acredito que ele tenha falado mal de mim. Espero que ele não tenha falado nada de mal."

A relação entre os dois está tensa há meses. Marinho tem trabalhado nos bastidores para encontrar recursos para ampliar investimentos, acima do teto de gastos. Guedes e sua equipe, por sua vez, têm defendido o teto como a super-âncora fiscal.

Marinho nega

Após as repercussões, Rogério Marinho afirmou que as informações divulgadas sobre sua reunião com um grupo de economistas chegaram à imprensa de "maneira distorcida". Em nota, Marinho disse que defende um programa que dê sequência ao auxílio emergencial, mas respeitando as âncoras fiscais. Também assegurou não ter feito "desqualificações ou adjetivações" contra colegas de Esplanada.

"Em sua fala, Rogério Marinho destacou que o governo reconhece a necessidade de construção de uma solução para as famílias que hoje dependem da auxílio emergencial e que essa solução será resultado de um amplo debate com o parlamento, em respeito à sociedade e às âncoras fiscais que regem a atuação do governo", diz a nota, encaminhada pelo Ministério.

"Não foram feitas desqualificações ou adjetivações de qualquer natureza contra agentes públicos, nem tampouco às propostas já apresentadas. Quem dissemina informações falsas como essas tem claro interesse em especular no mercado, gerando instabilidade e apostando contra o Brasil", afirmou.



[https://s2.glbimg.com/2eByygK3buu5LdG2-J9yU-Alqnw=/0x0:2048x1365/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/5/C/jbxSo6SAGW8wAbWJxM4w/49806295856-feeee881f8-k.jpg](https://s2.glbimg.com/2eByygK3buu5LdG2-J9yU-Alqnw=/0x0:2048x1365/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/5/C/jbxSo6SAGW8wAbWJxM4w/49806295856-feeee881f8-k.jpg)

Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional, disse que solução para o auxílio emergencial se dará com debate ao Parlamento — Foto: Marcos Correa/PR

Confira, abaixo, a íntegra da nota enviada pelo MDR:

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, vem a público esclarecer as informações sobre a reunião realizada com pequeno grupo de economistas, na manhã desta sexta-feira, em São Paulo, e que chegaram a imprensa de maneira distorcida. A reunião teve o intuito de reforçar o compromisso do governo com a austeridade nos gastos e a política fiscal. Em sua fala, Rogério Marinho destacou que o governo reconhece a necessidade de construção de uma solução para as famílias que hoje dependem da auxílio emergencial e que essa solução será resultado de um amplo debate com o parlamento, em respeito à sociedade e às âncoras fiscais que regem a atuação do governo.

O debate das últimas semanas e o árduo processo estabelecido para a construção de uma proposta que garanta a segurança alimentar das pessoas mais fragilizadas é uma demonstração do amadurecimento e consolidação das instituições brasileiras que defendem a disciplina fiscal e a saúde econômica do país, preservando as contas públicas e o teto dos gastos. O próprio fato de a inclusão do Renda Cidadã no orçamento exigir um debate de tal magnitude e um trabalho de grande complexidade, mostra como evoluímos de forma salutar na adoção de salvaguardas para manutenção do equilíbrio fiscal.

Não foram feitas desqualificações ou adjetivações de qualquer natureza contra agentes públicos, nem tampouco às propostas já apresentadas. Quem dissemina informações falsas como essas tem claro interesse em especular no mercado, gerando instabilidade e apostando contra o Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 02/10/2020

PETROBRAS DESCLASSIFICA GOLAR E ABERTURA DO MERCADO DE GÁS SOFRE REVÉS

A proposta da Golar foi desclassificada em meio à deflagração, na semana passada, da 75ª fase da "Operação Lava-Jato", que colocou no alvo das investigações o presidente afastado da empresa

Por André Ramalho, Valor — Rio



[https://s2.glbimg.com/oznG9jjGkLbu5ZArOp88h7r_vxo=/0x0:1011x669/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/F/I/W5TAXGSHG5V4tsLqjJjw/141b.jpg](https://s2.glbimg.com/oznG9jjGkLbu5ZArOp88h7r_vxo=/0x0:1011x669/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/F/I/W5TAXGSHG5V4tsLqjJjw/141b.jpg)

Foto : Agência Petrobrás

Passo importante para a abertura do mercado brasileiro de gás natural, o arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Petrobras na Bahia sofreu um revés esta semana e entrará em compasso de espera. A Golar

Power (Hygo Energy) foi a única empresa a apresentar uma proposta comercial, mas foi, ao fim da licitação, desclassificada.

A falta de concorrência por um ativo-chave para a entrada de novos atores no setor deixa uma mensagem clara sobre o quanto a abertura do gás é um processo complexo que depende de um elevado grau de coordenação e não ocorre de forma imediata.

Ao todo, dez grupos diferentes se habilitaram para o arrendamento do terminal: BP, Shell, Total, Repsol, Golar, Excelerate, Naturgy, Compass, Eneva e Bahiagás. Ao fim, no dia da concorrência, na quarta-feira (30), apenas a Golar Power apresentou uma proposta comercial pelo ativo. A BP pediu a postergação da abertura de propostas comerciais para sanar pendências e informou que sua proposta não seria vinculante. A Compass declinou da apresentação da proposta comercial.

A proposta da Golar foi desclassificada em meio à deflagração, na semana passada, da 75ª fase da "Operação Lava-Jato", que colocou no alvo das investigações o presidente, agora afastado, da empresa, Eduardo Antonello, por suspeitas de corrupção nos tempos em que ele atuava na Seadrill, em contratos com a Petrobras.

Antonello se afastou do cargo na Golar para se dedicar à sua defesa. A Petrobras, contudo, reviu o Grau de Risco de Integridade (GRI) da Golar para alto e desclassificou a companhia do processo.

A licitação entra, agora, em fase recursal. Caso a concorrência seja encerrada sem propostas válidas, a estatal abrirá uma nova licitação.

A Golar Power alega, em sua defesa, que as investigações não têm nenhuma conexão com suas atividades e são relativas a condutas anteriores ao trabalho de Antonello na empresa. A companhia vive um momento turbulento em meio à suspensão do seu processo de abertura de capital nos Estados Unidos. A companhia corre o risco, ainda, de sofrer ações coletivas de investidores nos EUA.

Joint venture entre a norueguesa Golar LNG e o fundo americano Stonepeak, a Golar Power é uma das empresas mais ativas no processo de abertura do mercado de gás, já possui um terminal de GNL no Sergipe e consolidaria uma posição privilegiada, sem grandes concorrentes imediatos no Nordeste, a exceção da própria Petrobras e pequenos produtores terrestres.

Quem arrematar o terminal baiano terá condições de entrar no mercado com cargas importadas de gás, num momento em que os preços da commodity estão baixos. O contrato de aluguel da unidade é válido até o fim de 2023.

A planta de regaseificação será a primeira do tipo a ser operada pela iniciativa privada em condições de injetar gás na malha de gasodutos — as unidades da Celse (Golar/ EBrasil Energia), no Sergipe, e da GNA (Prumo Logística / Siemens / BP), no Porto do Açu (RJ), não estão conectadas ao sistema.

Na avaliação do presidente da consultoria Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, o insucesso da licitação do terminal da Bahia é reflexo da falta de previsibilidade sobre quando, de fato, as transportadoras TAG e NTS vão promover as chamadas públicas para contratação das capacidades de seus gasodutos. Sem isso, o novo operador da planta de regaseificação não terá como acessar a malha nacional de gasodutos e levar o gás para mercados mais distantes.

Caso emblemático

“A ausência de acesso amplo e previsível, firme e imediato aos sistemas de transporte certamente prejudicou muito a avaliação da oportunidade por todos os outros habilitados. Se considerado que o arrendamento se dará por três anos e o acesso ‘universalizado’ ainda não conta com horizonte claro, a percepção de risco fica, naturalmente, muito elevada. Pode acontecer a mesma coisa com a abertura da infraestrutura de escoamento e processamento. Sem acesso a transporte, poderemos ficar na mesma. O caso do terminal da Bahia é emblemático e deveria ensinar. Tomara que tenha dado a mensagem suficientemente clara sobre a necessidade desse processo [de contratação de capacidade dos gasodutos] ser mais ágil e transparente”, comentou.

Esta semana, a Petrobras assinou contratos com a Shell, Petrogal e Repsol Sinopec, para compartilhamento das infraestruturas de escoamento e processamento do pré-sal. Com a falta de previsibilidade sobre as chamadas públicas da TAG e NTS e devido à pendência ainda no tratamento tributário do serviço de processamento, ainda não há expectativas de que o acesso às unidades de processamento (UPGNs) se concretize a curto prazo.

Para Moreira Neto, por já ter uma estratégia estruturada de comercialização de GNL via caminhões, a Golar estava posicionada para explorar o terminal de forma imediata. “A Golar já está no negócio de GNL de pequena escala, o que, teoricamente, a permitiria explorar mais rapidamente e em maior escala o terminal, já que não haveria dependência exclusiva dos gasodutos de transporte para comercializar o GNL em diferentes mercados”, afirmou.

Segundo um executivo do setor, o resultado da licitação revela também que empresas como Shell e Repsol, duas das principais produtoras nacionais de gás, ainda não estão seguras em relação à abertura.

O gerente de gás da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Adrianno Lorenzon, lamenta o resultado da concorrência. Segundo ele, havia entre os consumidores

industriais a expectativa de que em 2021 já seria possível a migração para o mercado livre de gás. “Mas, agora, não haverá tempo hábil”, disse o especialista, que comenta também sobre a falta de concorrência no processo. “Isso é consequência da falta de acesso ao transporte, que limita o mercado do terminal”, completou.

De acordo com um executivo de uma empresa que tenta viabilizar o mercado livre, o alvo se volta, agora, para tentar importações via Bolívia, já que a transportadora responsável pelo gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), a TBG, está com processo de contratação de capacidade aberto. Diante da proximidade com as eleições bolivianas, contudo, as negociações com produtores locais estão em ritmo lento.

Nota da Golar

A Golar Power emitiu nota, nesta sexta-feira (2), refutando de “forma veemente” a decisão da Petrobras de desclassificá-la do processo de licitação para arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia — a empresa apresentou a única proposta comercial pelo aluguel do ativo, no valor de mais R\$ 130 milhões segundo a proponente.

A Golar alega que não é objeto de nenhuma investigação ou inquérito criminal e esclarece que não possui nenhuma relação, participação ou envolvimento nas alegações públicas divulgadas sobre as supostas irregularidades cometidas por Antonello.

“A Petrobras erra ao relacionar o grupo Golar Power à investigação, o que causou e vem causando danos ao grupo Golar Power”, esclarece a empresa, em nota.

Ainda segundo a Golar, os “pretensos fatos e alegações atribuídos ao executivo afastado ocorreram em 2010, seis anos antes da própria criação da Golar Power por um fundo de investimento norte-americano [Stonepeak] e uma empresa norueguesa [Golar LNG], ambos com elevado padrão de diligência contra a corrupção”.

A companhia destaca ainda que, assim que tomou ciência da existência da investigação, iniciou, de forma proativa e imediata, um processo de apuração independente e aceitou o pedido de afastamento do executivo. A Golar Power comunicou que mantém seu compromisso com o investimento proposto na licitação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 02/10/2020

GRUPO DE ENERGIA LIMPA NEXTERA ULTRAPASSA EXXONMOBIL EM VALOR DE MERCADO

Petroleira valia chegou a valer nesta sexta-feira cerca de US\$ 138 bilhões, menos da metade do pico de US\$ 500 bilhões alcançado em 2007

Por Gregory Meyer, Financial Times, Valor — Nova York

A maior geradora de energia solar e eólica do mundo ultrapassou a ExxonMobil em valor de mercado, refletindo as apostas dos investidores numa mudança do sistema energético e perspectivas incertas para a demanda por petróleo.

A NextEra Energy, uma geradora de energia e empresa de serviços públicos da Flórida, registrou um valor de mercado de US\$ 138,6 bilhões durante os negócios no mercado de ações nesta sexta-feira. Mais de dois terços desse valor ela obteve nos últimos dois anos, segundo a S&P Global Market Intelligence.

A ExxonMobil, um sinônimo das maiores empresas de petróleo do mundo e que já foi a maior empresa de capital aberto do planeta, perdeu mais da metade de seu valor desde o começo do

ano. O valor de mercado está em US\$ 137,9 bilhões, sendo que o pico foi de US\$ 500 bilhões em 2007.

A ascensão da NextEra e o declínio da ExxonMobil refletem o colapso no consumo de petróleo na pandemia, a ascensão dos recursos renováveis nas redes elétricas e o desejo dos investidores por retornos firmes num momento de juros baixos.



[https://s2.glbimg.com/EUDBmnCKMnpUf xDVhnsqKk1VYPQ=/0x0:1920x1027/984 x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com /v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177 e8876b93/internal_photos/bs/2019/h/E/JI 0BPaTViXbgH8YbBJEQ/0025abr11.jpg](https://s2.glbimg.com/EUDBmnCKMnpUf xDVhnsqKk1VYPQ=/0x0:1920x1027/984 x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com /v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177 e8876b93/internal_photos/bs/2019/h/E/JI 0BPaTViXbgH8YbBJEQ/0025abr11.jpg)

— Foto: Reed Saxon/Associated Press

“Estamos vendo uma demanda enorme por energias renováveis no momento”, disse na quarta-feira Jim Robo, presidente-executivo da NextEra, durante

uma entrevista com um analista da Wolfe Research.

As duas companhias funcionam em segmentos diferentes do sistema de energia. Cerca de 70% da receita da NextEra vem das empresas de serviços públicos de eletricidade da Flórida, cujos retornos são aprovados pelas autoridades reguladoras. O restante vem de uma divisão que vende energia em mercados atacadistas competitivos e é a principal geradora de eletricidade a partir do vento e do sol, segundo a própria companhia.

A ExxonMobil é uma produtora de petróleo e gás que foi pega pelo “crash” dos preços do petróleo. A companhia sediada no Texas perdeu US\$ 1,7 bilhão no primeiro semestre do ano e recentemente foi removida do índice de ações Dow Jones Industrial, o barômetro das ações “blue-chips”. Suas ações caíram 2% nesta sexta-feira, depois que o preço do petróleo Brent caiu abaixo de US\$ 40 o barril, para o menor patamar em quatro meses.

A ExxonMobil, que tem raízes na Standard Oil de John D. Rockefeller, tem 74.000 funcionários e atividades em todos os continentes, com exceção da Antártica. A NextEra, fundada na década de 20 na Flórida, tem menos de 15.000 funcionários e opera nos EUA e no Canadá.

Os investidores correram para a NextEra principalmente por causa de seu envolvimento com as energias renováveis, segundo Paul Patterson, analista da Glenrock Associates.

“As pessoas estão entusiasmadas com as energias renováveis e a transformação que está acontecendo no setor energético, e elas sentem que ela provavelmente é uma das companhias americanas mais bem-posicionadas para aproveitar essa oportunidade”, disse Patterson.

A NextEra anunciou um lucro líquido de US\$ 1,7 bilhão para o primeiro semestre do ano e disse que os clientes no atacado contrataram 14,4 gigawatts de capacidade de geração de energias renováveis, quase o triplo da quantidade de dois anos atrás. A companhia aumentou suas orientações de lucro e anunciou em setembro um desdobramento de ações na proporção de quatro por uma.

Mas ela não é uma empresa voltada apenas para as energias renováveis, seja na geração de energia no atacado, seja no lado da prestação de serviços públicos. Suas unidades de serviços públicos dependem muito dos combustíveis fósseis para a geração de energia – a Florida Power & Light gerou 74% de sua eletricidade do gás natural – e têm se beneficiado porque produtores como a Exxon Mobil descobriram muito gás em formações de xisto, o que reduziu os preços para geradoras de eletricidade como a NextEra.

Os créditos fiscais federais para projetos de energia eólica e solar também reforçaram os lucros da NextEra, uma vez que a companhia vem conseguindo compensá-los contra os passivos fiscais das operações de serviços públicos e as de geração de energia para o atacado, diz Michael Weinstein, analista do Credit Suisse.

Em uma apresentação a investidores a NextEra apontou para um futuro mais difícil para o gás. Incluindo o custo de baterias para o armazenamento de eletricidade, a energia solar deverá ser tão barata quanto a geração por gás até a metade da década, batendo nos US\$ 30 – US\$ 40 megawatt-hora, e a armazenagem de energia eólica deverá custar de US\$ 20 a US\$ 30 o megawatt-hora.

A NextEra também anunciou um projeto-piloto para o uso de energia solar na produção de hidrogênio. “É um combustível que substituirá o óleo diesel”, disse Robo.

Perguntado se as grandes companhias de petróleo são potenciais concorrentes ou compradores da indústria de energias renováveis, Robo disse que os investimentos intermitentes das grandes empresas de energia europeias resultaram em “alguns dos piores projetos que já vi” no setor.

“Não me preocupo com as grandes empresas de petróleo”, disse Robo. “Para as grandes empresas americanas entrarem no negócio das energias renováveis, será preciso algum tipo de mudança tectônica em seu pensamento. Não consigo imaginar isso, honestamente. Acho que vai demorar para as grandes empresas de petróleo dos EUA entrarem no negócio das energias renováveis.”

Segundo uma fonte com conhecimento direto do assunto, a NextEra procurou a Duke Energy, um empresa de serviços públicos da Carolina do Norte avaliada em US\$ 66 bilhões, com uma proposta de fusão. A Duke rejeitou a proposta mas deixou a porta aberta para discussões posteriores.

A NextEra e a ExxonMobil não responderam a pedidos para comentários e a Duke não quis comentar.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 02/10/2020

PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO CRESCE 0,3% EM AGOSTO ANTE JULHO, APONTA ANP

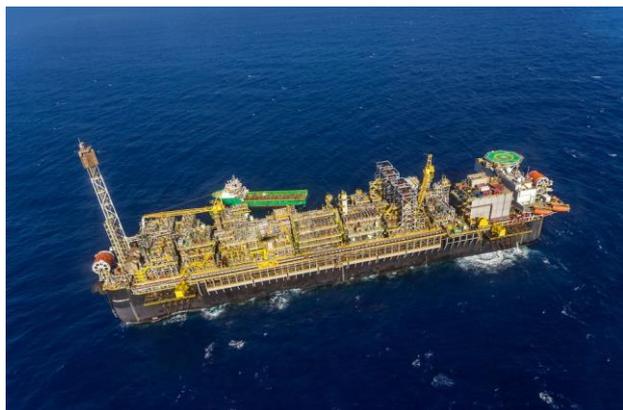
Volume no pré-sal bateu recorde pelo segundo mês consecutivo

Por André Ramalho, Valor — Rio

A produção nacional de petróleo cresceu 0,3% em agosto ante julho, para 3,087 milhões de barris/dia, informou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na comparação anual, houve um aumento de 3,3%.

A produção no pré-sal bateu recorde pelo segundo mês consecutivo. Ao todo, foram produzidos, na região, 2,201 milhões de barris/dia, o equivalente a 71% da produção nacional. O recorde anterior no pré-sal foi em julho, de 2,179 milhões de barris/dia.

A produção de gás natural totalizou 134 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia), o que representa uma alta de 2,4% em relação a julho e de 0,1% frente a agosto de 2019.



[https://s2.glbimg.com/FhzjfXAUh0Do8IENxq2shvEoVGA=/0x0:1400x933/984x0/smart/filters:strip_i cc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/X/s/ZPwHBTSzKwkk1htHCbGQ/p-67-blog-petrobras.jpg](https://s2.glbimg.com/FhzjfXAUh0Do8IENxq2shvEoVGA=/0x0:1400x933/984x0/smart/filters:strip_i cc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/X/s/ZPwHBTSzKwkk1htHCbGQ/p-67-blog-petrobras.jpg)

— Foto: Reprodução

Somando-se óleo e gás, a produção total do Brasil foi de 3,927 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), alta de 0,7% em relação a julho e de 2,5% na comparação anual.

Segundo a ANP, em agosto 33 campos e 60 instalações de produção tiveram suas respectivas produções interrompidas temporariamente devido aos efeitos da pandemia da covid-19, mesmos patamares de julho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 02/10/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

CONCESSÃO DE CRÉDITO DE MARÇO A SETEMBRO VAI A R\$ 2,2, TRILHÕES, DIZ FEBRABAN

Crédito: Arquivo/Agência Brasil

Bancos concederam trilhões em crédito desde o início da pandemia

As concessões de crédito entre o dia 1º de março a 18 de setembro somaram R\$ 2,2 trilhões, incluindo contratações, renovações e suspensão de parcelas, segundo dados divulgados nesta sexta-feira pela Federação Brasileira dos Bancos, a Febraban. Os números, segundo a entidade, incluem aqueles oficiais divulgados pelo Banco Central (BC) para março a agosto, de R\$ 2 trilhões e, ainda, os dados consolidados pela Febraban até o dia 18 de setembro, considerando apenas as operações no segmento livre de crédito para pessoa jurídica, que já somam R\$ 204,5 bilhões. Em pessoa física, os números de agosto consideram o imobiliário, mas não as operações de crédito rotativo.

“A recessão estaria muito pior se não fosse a atuação dos bancos, provendo crédito para as empresas e famílias. Os números continuam mostrando que, mesmo em meio a um cenário bem adverso decorrente da pandemia, os bancos fizeram substanciais concessões de crédito, na casa de R\$ 2,2 trilhões, incluindo operações novas, renovações de dívidas e carências de parcelas vencidas no período”, frisa o presidente da Febraban, Isaac Sidney, em nota.

Entre 16 de março a 18 de setembro, o setor já renegociou 15 milhões de contratos com operações em dia, que têm um saldo devedor total de R\$ 858 bilhões. A soma das parcelas suspensas dessas operações repactuadas totaliza R\$ 118,6 bilhões. Esses valores trazem alívio financeiro imediato para empresas e consumidores, que passaram a ter uma carência entre 60 a 180 dias para pagar suas prestações, sendo que a maioria dos agentes beneficiados com prorrogação de parcelas é representada por pequenas empresas e pessoas físicas (R\$ 66,5 bilhões), mostra a Febraban.

Ainda de acordo com a entidade, a taxa de juros para o conjunto das operações de crédito recuou de 23,1% para 18,7% ao ano. E o spread (diferença entre quanto o banco capta para quanto ele empresta) médio das operações de crédito caiu de 18,6% para 15,0%.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 02/10/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

JUSTIÇA MANTÉM APLICAÇÃO DA RN-18 SOBRE ARMADORES DE LONGO CURSO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 02/10/2020 - 16:38



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/191202-navio-porta-containeir-2.jpg>

Arquivo/Divulgação

Centronave havia recorrido contra regulação da Antaq sobre transportadores marítimos estrangeiros prevista na norma. Cabe recurso dessa sentença, tomada em primeira instância.

A Justiça Federal do Distrito Federal considerou improcedente o recurso do Centro Nacional de Navegação Transatlântica

(Centronave) para impedir a aplicação da resolução normativa (RN-18/2017), que prevê a regulação sobre empresas estrangeiras de longo curso que operam no Brasil. A norma da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) trata dos direitos e deveres de usuários, agentes intermediários e empresas de navegação. Como a decisão foi tomada em primeira instância, ainda cabe recurso.

O Centronave, que representa transportadores marítimos estrangeiros, sustentou o argumento de que a resolução institui de forma ilegal e inconstitucional uma série de regras e determinações voltadas especificamente às empresas estrangeiras que realizam transporte marítimo de cargas em águas brasileiras. Além disso, a defesa da associação alegou que a Antaq não possui competência legislativa para regular a atuação desses agentes.

Na decisão, o juiz considerou que os documentos e fundamentos apresentados demonstram que a norma não viola a garantia de livre iniciativa no segmento de transporte marítimo de longo curso prevista na Constituição, a despeito do tratamento legal existente sobre ordenação do transporte internacional (Lei 9.432/1997), que deverá estar alinhado com os acordos dos quais o Brasil é signatário. O magistrado entendeu que não ficou demonstrada qualquer violação, pela norma impugnada, aos acordos ou tratados firmados pelo Brasil, nem ao poder regulamentar assegurado à agência reguladora.

“A regulação promovida pela Antaq, devidamente autorizada pela Lei 10.233, atende, de pronto, aos princípios da soberania nacional e da defesa do consumidor, pelo que não pode ser apontada como ilegítima. Inexiste, portanto, fundamento jurídico idôneo à demonstração da alegada ocorrência de ilegalidade na resolução normativa 18/2017”, considerou o juiz Charles Renaud Frazão de Moraes, da 2ª Vara Federal Cível da seção judiciária do Distrito Federal.

A Associação Brasileira dos Usuários dos Portos de Transportes e da Logística (Logística Brasil), anteriormente como Usupport-RJ, e a Usupport-SC foram aceitas como amicus curiae nesse processo. Para a Logística Brasil, que contribuiu com a elaboração da RN-18, a ação ajuizada pelos representantes dos armadores estrangeiros afronta donos de cargas do país, a agência reguladora e a soberania brasileira.

O advogado Osvaldo Agripino, que representa a Logística Brasil nesse processo, avaliou que a decisão mostra que o poder judiciário entende que a Antaq pode punir abusos, assim como ocorre nos Estados Unidos, na União Europeia e no Leste Asiático. “A RN-18 não é suficiente para evitar os abusos, mas ajuda a combater as falhas de mercado. A sentença é vitória em prol da competitividade da economia”, comentou. Ele acredita que a norma é resultado das denúncias feitas pela Logística Brasil nos últimos anos.

“Ainda é preciso mudar o modelo para regulação ex-ante, com registro prévio dos preços, como na China. A ‘Antaq’ de lá, diante dos abusos da aliança 2M na pandemia, em relação aos fretes, que são monitorados, fez intervenção no mercado, via Cosco, e os dois armadores reduziram frete em até 12%. Ainda chegaremos lá”, projetou Agripino.

A Logística Brasil defende que armadores de outros países devem ser regulados e fiscalizados. “Armadores estrangeiros querem regulação para os outros, e não para eles. Estamos com o PL do BR do Mar no Congresso, em regime de urgência constitucional, e isso serve para jogar luz sobre os reais objetivos desses estrangeiros que operam no Brasil, explorando nossa navegação de cabotagem, travestidos de nacionais”, afirmou o diretor-presidente da associação, André de Seixas.

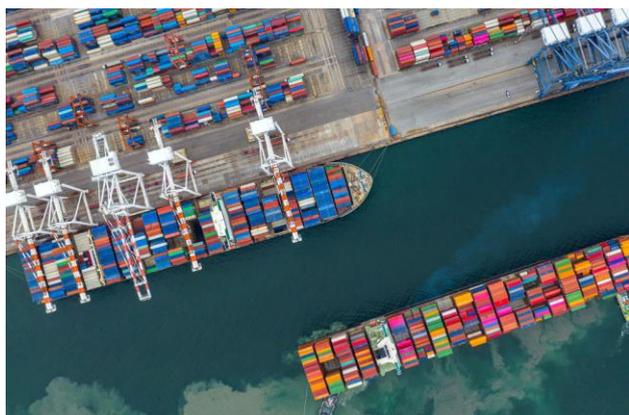
*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 02/10/2020*

PROPOSTA DE RETIRADA DA URGÊNCIA DO BR DO MAR PÕE EM RISCO EMENDA SOBRE REPORTO

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 01/10/2020 - 20:41

Agentes destacam que Reporto é importante para a cabotagem que precisa de operações eficientes nos terminais portuários.

O deputado federal Hugo Leal (PSDB/RJ) apresentou na última terça-feira (29), uma emenda ao Projeto de Lei (nº 4199/2020), BR do Mar, prorrogando o Reporto por mais cinco anos, acolhendo a demanda das entidades do setor portuário. No entanto, as incertezas que envolvem a votação do PL no Congresso Nacional podem apresentar ameaça à renovação do regime. Isso porque, além dos embates sobre aspectos do projeto, nesta quinta-feira (01), o deputado Ricardo Izar (PP/SP) apresentou requerimento com pedido de retirada do “status de urgência constitucional” do PL.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200909-navio-porta-container-porteiner-porto.jpg>

Arquivo

De acordo com a advogada do Kincaid Mendes Vianna Advogados, Jeniffer Pires, a alegação do parlamentar é de que as previsões envolvem operações e consequências complexas que terão grande impacto para o país. Entretanto, ela destacou que caso tal requerimento seja acatado será concedido prazo adicional para as discussões acerca da BR do Mar. E este fato pode representar potencial ameaça para a

emenda propondo a extensão do prazo do regime em razão da proximidade do fim de sua vigência, em 31 de dezembro deste ano.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva afirmou que, caso o projeto não seja votado ainda este mês, a associação deverá dialogar com o governo federal para que seja criada uma medida provisória que garanta a renovação do regime. Apesar disso, ele acredita que o projeto seja votado, pois, além de ainda estar em regime de urgência, o “núcleo” central do projeto não encontra muita resistência por parte do parlamentares, sem contar que o governo tem empenhado esforço de buscar melhorais para o PL.

Jeniffer explicou que o Reporto é um regime que permite a suspensão dos tributos federais (PIS, COFINS e IPI) em operações de compra no mercado interno ou importação de bens, equipamentos, sistemas, entre outros, por empresas do setor portuário. Com isso, os projetos de construção e melhoria da infraestrutura dos portos são favorecidos, possibilitando maior modernização. Além disso, ela destacou que os terminais portuários são projetos complexos e que demandam planejamento e tempo para implantação. Dessa forma, Jeniffer avalia que o prazo adicional de cinco anos para o regime seria mais benéfico para o setor do que os dois anos de vigência sugeridos pelo governo federal.

Ela afirmou ainda que a emenda dialoga com o BR do Mar, tendo em vista que para o incentivo da cabotagem também é importante que seja feito investimento em terminais. Sem contar que o texto original do PL traz em seu Art.1º que um dos objetivos do projeto é “incentivar as operações especiais de cabotagem e os investimentos dela decorrentes em instalações portuárias, para atendimento de cargas em tipo, rota ou mercado ainda não existente ou consolidado na cabotagem brasileira”.

Silva também destacou este aspecto e frisou que o Art.16º do PL também traz a criação de terminais temporários para o atendimento exclusivo dos serviços de cabotagem e que, para isso, o regime é fundamental para que os investimentos nesses terminais sejam feitos. “Na verdade são os terminais que realizam as operações de carga e descarga da cabotagem. Então ele é importante para que o PL dê certo”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/10/2020